



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90003/2026-SEGUP/PA

Promotor: Estado do Pará Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social SEGUP/PA	
CNPJ nº. 05.054.952/0001-01	
Objeto: Registro de preço para Contratação de empresa de agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e no exterior e demais serviços correlatos, para atender demanda da Secretaria de Segurança Pública do Estado, de acordo com as condições especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital.	
Método de disputa: <input checked="" type="checkbox"/> Aberto	
Critério de julgamento: Menor preço da taxa de transação	
Entrega	
Forma	Conforme previsto no Termo de Referência.
Prazo	Conforme previsto no Termo de Referência.
Local	Conforme previsto no Termo de Referência.
Valor Estimado: R\$ 4,34 (Quatro reais e trinta e quatro centavos)	
Período	12 meses
Pagamento	
Forma	Conforme previsto no Termo de Referência.
Prazo	
Abertura da sessão pública	
Data: 15/06/2026 Hora: 10:00h. Local: www.gov.br/compras (UASG: 925801)	



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1 - PROMOTOR DO PREGÃO

O promotor deste pregão é o estado do Pará, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - Segup/Pa, CNPJ nº. 05.054.952/0001-01 (UASG: 925801), com sede na Travessa do Chaco, nº. 2271, Bairro: Marco, Belém/Pa, neste ato representado pelo Secretario Adjunto de Gestão Administrativa, **RENAN HENRIQUE NABOR DE OLIVEIRA**, designado pelo Decreto Estadual do dia 09/01/2026, publicado no D.O.E Nº 36.494, de 12/01/2026.

CLÁUSULA 2 - FUNDAMENTO LEGAL

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.940/2023, Decreto Estadual nº 3.371/2023, Lei Complementar Federal nº 123/06 e Portaria nº 005/2026 que designa os Agentes de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio e demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3 - OBJETO

3.1 O objeto desta licitação é Registro de preço para Contratação de empresa de agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e no exterior e demais serviços correlatos, para atender demanda da Secretaria de Segurança Pública do Estado, de acordo com as condições e especificações técnicas constantes do Termo de Referência - Anexo I desde Edital.

3.2 O objeto a ser licitado está descritos detalhado no **Anexo I – Termo de Referência**, deste Edital.

Item	Descrição	Quantidade	Taxa de Transação Estimado
01	Agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e Exterior e serviços correlatos.	1.900	R\$ 4,34

3.3. A licitação observará o seguinte:

Item único, conforme tabela constante no Termo de Referência.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

3.4. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no “comprasnet” e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.

CLÁUSULA 4 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

- a. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- e. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.7 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

4.8 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.9 O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.10 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

4.12 O disposto nas [alíneas b e c do item 4.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

4.13 A proibição do [item 4.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA 5 - FASES DA LICITAÇÃO, APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 A licitação terá as seguintes fases:

- Apresentação da Proposta;
- Lances;
- Documentos de Habilitação;
- Julgamento das Propostas;
- Habilitação

5.2 Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a. Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e. Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “não” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.8 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a. A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por **menor preço**; e
- b. A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por **maior desconto**.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do [item 5.9](#) será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

5.12 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

5.13 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 6 - PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

6.1.1. Os preços serão registrados pelo seu menor preço do item; consignando o valor unitário e total e a descrição do produto, sem dízimas, o qual deseja enviar proposta, preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico;

- a. valor do item
- b. Marca.
- c. Fabricante
- d. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas obrigar cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

6.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.8 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a. Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- b. O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
1. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
 2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA 7 - ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

7.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

7.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

7.6 Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

7.8 Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo: **valor da Taxa de Transação RAV.**

7.9.1 Os lances deverão ser ofertados pelo Menor Preço, no Modo de Disputa Aberto, entender-se por menor preço o valor correspondente ao valor estimado para a **TAXA DE TRANSAÇÃO**, não admitindo a aplicação de **TAXA ZERO E NEGATIVA**;

7.10 Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

7.11 O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **RS 0,01**.

7.13 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.14. O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa		Regras
<input checked="" type="checkbox"/>	Aberto	<p>a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p>b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.</p> <p>c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.</p> <p>d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.</p> <p>e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.</p> <p>f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.</p>



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

7.15 Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

7.18 No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.21.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

7.21.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.21.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

7.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

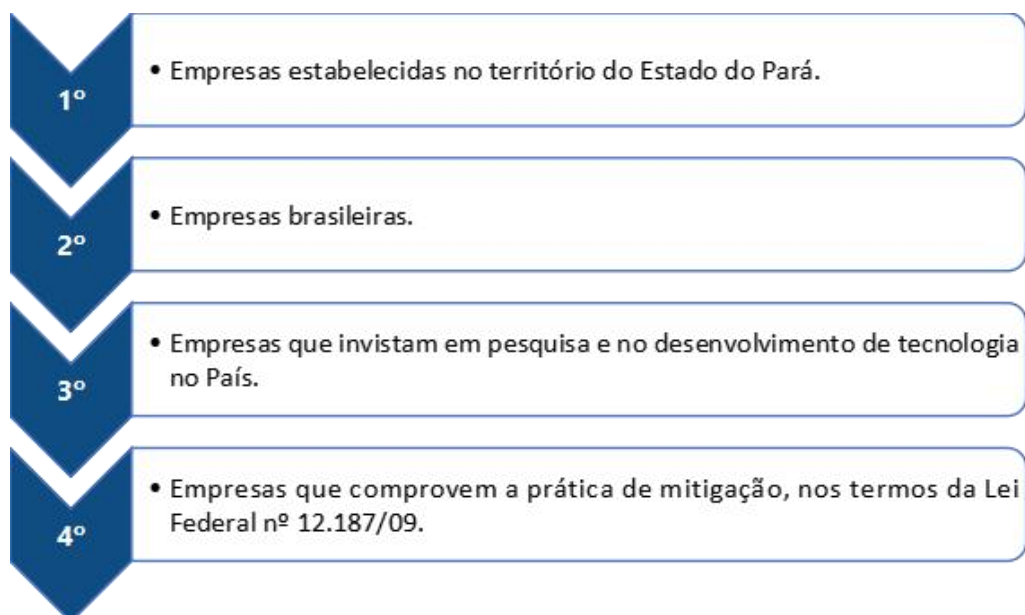


Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

7.23 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:



7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:





Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

7.25. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os itens **7.23** e **7.24**, proceder-se-á o sorteio como critério de desempate no sistema Compras.gov.br, conforme Instrução Normativa nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.26 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.27 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.28 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.29 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.30 O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31 É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.32 Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 8 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b. O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c. Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

8.4 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

8.5 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a. Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b. Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c. Apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e. Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

8.8 É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a. Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b. Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

8.9 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexecuibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

8.10 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições dos [itens 8.8](#) e [8.9](#), a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- c. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- d. Será exigida garantia adicional do LICITANTE vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.11 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

8.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

8.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15 A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- a. No caso de não haver a prova de conceito ou ocorrer atraso, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou
- b. Apresentação no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

8.16 Se a prova de conceito apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação da prova de conceito e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

CLÁUSULA 9 -HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

9.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5 Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de percentual 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os LICITANTES individuais.

9.6. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

9.7 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

9.8 Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

9.9 Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.10 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.11 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.13 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no mínimo, 2 horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

9.14 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.15 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a. Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.16 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#)



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

9.18 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

Habilitação jurídica

9.20 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.21 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.22 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.23 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.24 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.25 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.26 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.27 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

9.28 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.29 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.30 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.31 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.32 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.33 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estado relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.34 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.35 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.36 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.37 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

9.38 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.39 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.39.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Ge-ral (SG) superiores a 1 (um);

9.39.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.39.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.39.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.40 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.41 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

9.42 Comprovação de Atestado de Capacidade Técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante prestado satisfatoriamente serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

9.43 Para fins de aferimento da qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar os Documentos técnicos **conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.**

CLÁUSULA 10 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 11 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1 A convocação dos licitantes será via chat e quadro de aviso. Caso haja interesse no fornecimento do item/lote o qual disputou, ao mesmo preço do vencedor do certame deverá ser encaminhado por meio do e-mail: **segupcpl@gmail.com**

11.2 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.2.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a ordem de classificação da licitação; e

11.2.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.3.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.3.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.4 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.4.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.4.2 Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 24 e 25 do Decreto Estadual n. 3.371/2023.

11.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

11.5.1 Convocar para negociação os licitantes que mantiveram sua proposta original, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.5.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

CLÁUSULA 12 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO

12.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

12.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, observada a classificação do certame, a fim de que se faça cumprir as disposições do Art.14 do Decreto Estadual Nº 3.371/2023.

12.5 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do Estado do Pará, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

12.6 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

12.7 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.8 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.9 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, desde que obedecidas às disposições estabelecidas no Decreto Estadual nº 3.371/2023.

12.10 O Cancelamento do Registro do Fornecedor e dos Preços Registrados observará as disposições estabelecidas nos artigos 24 e 25 do Decreto Estadual nº 3.371/2023, para que se efetive a previsão do inciso IX do Art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

12.10.1. O registro será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

- a) Descumprir condições da Ata de Registro de Preços (ARP) sem motivo justificado.
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração Pública estadual sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter o preço registrado, ou
- d) Sofrer sanção conforme art. 156, III ou IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.10.2 Em caso de sanção, o órgão gerenciador pode manter o registro, sem novas contratações enquanto durar a penalidade, mediante decisão fundamentada.

12.10.3 O cancelamento será formalizado por despacho, com garantia do contraditório e ampla defesa.

12.10.4 No caso de cancelamento, o órgão poderá convocar licitantes do cadastro de reserva, respeitando a ordem de classificação.

12.10.5 O órgão gerenciador poderá cancelar os preços registrados, total ou parcialmente, se devidamente comprovado e justificado:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no art. 22 do Decreto Estadual nº 3.371/2023.

CLÁUSULA 13 - DOS QUANTITATIVOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A licitação terá como órgão gerenciador a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará e os órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços, estão respectivamente estabelecidos na seguinte tabela.

Item	Descrição	SEGUP	FESP	FISP	PCPA	PMPA	PCEPA	CBM	SEAP	TOTAL
01	Agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e Exterior e serviços correlatos.	800	150	100	50	400	50	200	150	1.900

CLÁUSULA 14 - DA ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO A SER CONTRATADO POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

14.1 O quantitativo estimado que possa ser contratado pelos órgãos não participantes, em respeito à regra do art. 32, I e II do Decreto Estadual nº 3.371/2023, é o seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL A SER REGISTRADO	LIMITE DE ADESÃO POR CADA ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE	LIMITE TOTAL DE ADESÕES (Quíntuplo)
1	Agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e Exterior e serviços correlatos.	1.900	950	9.500

14.1.1. A possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes, justifica-se pelo fato da SEGUP/PA ser órgão competente para realizar Licitação na modalidade Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços e responsável por "promover a modernização tecnológica dos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, por meio da integração dos sistemas corporativos, de inovações tecnológicas, da padronização de equipamentos de telemática e comunicação, de veículos automotores, de aeronaves, armamento, uniformes, de proteção individual, entre outros;" conforme inciso VI do artigo 22 da lei 7.584/2011.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Portanto, visa auxiliar aos demais órgãos de segurança a ter acesso de forma mais célere aos equipamentos, tendo em vista que o objeto licitado trata-se de um produto utilizado pelos mesmos.

ADESÃO POR CADA ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE (CARONA)

14.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador por ofício ou e-mail ao endereço eletrônico **segupecpl@gmail.com** ao setor de Gerenciamento de Atas da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP/PA ou pelo site **<https://contratos.sistema.gov.br/arp/adesao>**, e respeitadas as condições e as regras estabelecidas no Decreto Estadual nº 3.371, de 29 de setembro de 2023 relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços, observados os seguintes requisitos:

14.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

14.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

14.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

14.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

14.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

14.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 14.2.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA 15 - RECURSOS

15.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

15.2 O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

15.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b. O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

15.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a. Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b. Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

15.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

15.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

CLÁUSULA 16 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Infração	Penalidade
<p>a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;</p> <p>b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; 2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; 3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; 4. Deixar de apresentar amostra; 5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; <p>c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p>	<p>Multa</p> <p>0,5% a 15% do valor do contrato licitado.</p> <p>e</p> <p>Impedimento de licitar e contratar*</p> <p>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “<i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i>”.</p>
<p>d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;</p> <p>e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;</p> <p>f. Fraudar a licitação;</p> <p>g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Agir em conluio ou contra a lei; 2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento; 3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada; <p>h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;</p> <p>i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei</p>	<p>Multa</p> <p>15% a 30% do valor do contrato licitado.</p> <p>e</p> <p>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</p>



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Federal nº 12.846/13.

16.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

16.3. As sanções previstas no [item 16.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

16.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

16.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

16.9 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

16.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

16.11 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.12 Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.13 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

16.14 O recurso a que se refere o [item 16.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

16.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

16.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 17 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

17.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

17.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio do e-mail: segupcpl@gmail.com

17.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

17.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

17.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Decreto. Estadual nº 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 18 - DO REAJUSTE DOS PREÇOS

Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses e serão realizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice oficial pertinente a natureza do objeto do contrato.

CLÁUSULA 19 - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

19.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações, conforme o art. 21 do Decreto Estadual nº 3.371 de 2023:

19.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

19.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

19.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 20 - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

A negociação se dará nas hipóteses que tratam os arts. 22 e 23 do Decreto estadual 3.371 de 2023.

CLÁUSULA 21 - DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

21.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

21.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

21.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

21.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

21.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

21.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

21.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO III – Modelo de Proposta

ANEXO IV - Modelo De Declaração de Sustentabilidade Ambiental

ANEXO V – Declaração de cumprimento do disposto no § 6º do art. 28º Constituição do Estado do Pará/Emenda Constitucional do Estado do Pará nº. 42/2008.

ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato

Belém, (PA), 20 de maio de 2026.

RENAN HENRIQUE NABOR DE OLIVEIRA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa - SEGUP/Pa



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 16/2025

1. O QUE SERÁ CONTRATADO?							
1.1. Contratação de empresa de agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e no exterior e demais serviços correlatos, para atender demanda da Secretaria de Segurança Pública do Estado, de acordo com as condições especificações deste Termo de Referência.							
Lote	Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd Estimado	Taxa de Transação RAV	Total
1	1	1.1.1. Agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e Exterior e serviços correlatos.		Taxa de transação	800	R\$0,01	R\$8,00
1.2. JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES							

1.2.1. Não Se Aplica

2. SERVIÇOS DETALHADOS			
item	Especificações	Unidade	Qtde Estimado
01	Agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e Exterior, - do tipo asa fixa jato ou turboélice e asa rotativa, devidamente certificados e homologados de acordo com a legislação aeronáutica vigente, - de forma eventual, mediante solicitações pontuais ou por meio de atendimento exclusivo, com aeronave dedicada e disponibilidade contínua com quantidade mínima de horas garantidas e demais serviços correlatos.	Taxa de transação	800
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO			
3.1. QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	3.1.1. A Contratação ora pretendida tem real importância para as missões de Segurança Pública e do Governo do Estado, tendo em vista o seu emprego no transporte de servidores e agentes públicos, de equipamentos, e outras missões de		



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

	<p>interesse da Administração Pública Estadual, obedecida a legislação especial aplicável ao fretamento de aeronaves. Com efeito, em vista da necessidade de deslocamento de agentes públicos do Grupamento Aéreo de Segurança Pública e da Secretaria de Segurança, quando da necessidade de realização de cursos e operações de segurança, além do Governador do Estado, do(a) Vice-Governador(a) e dos Secretários de Estado, no exercício de suas atividades, considerando que as agendas destas autoridades têm intensos e diversificados compromissos, nacionais e internacionais.</p> <p>3.1.2. As limitações inerentes à aviação comercial regular, como horários fixos, escalas de voos, e a dificuldade ou impossibilidade de aquisição de passagens de última hora devido à extemporaneidade das confirmações de agendas oficiais, continuam a justificar a necessidade de opções de transporte aéreo que garantam a pontualidade e a flexibilidade exigida pelas demandas governamentais urgentes e imprevistas. Além disso, a segurança pessoal do Chefe do Poder Executivo e demais autoridades, que pode ser comprometida em locais de espera e em situações de atrasos em voos comerciais, reforça a imprescindibilidade do fretamento como meio de assegurar a continuidade das atividades finalísticas da governadoria e o cumprimento da missão institucional sem interrupções ou riscos.</p> <p>3.1.3. A contratação ora pretendida, em seu escopo ampliado, tem real importância estratégica para as missões do Governo do Estado. A integração de todos esses serviços de agenciamento em uma única contratação otimiza a gestão de recursos, proporciona maior controle sobre as despesas, padroniza procedimentos e, acima de tudo, garante a mobilidade, segurança e o suporte logístico necessários para o pleno funcionamento das atividades finalísticas do governo, assegurando a pontualidade e a eficiência no cumprimento de suas atribuições e missões institucionais.</p>
4. DA JUSTIFICATIVA, DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS	
4.1 DA JUSTIFICATIVA	<p>4.1.1. A contratação em tela justifica-se em razão da necessidade de continuidade das atividades desenvolvidas por este órgão, exclusivamente no desempenho de</p>



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

	<p>suas atribuições funcionais, o qual demanda viagens para outras localidades dentro do território brasileiro e, algumas ocasiões, fora deste, visando cumprir o relevante papel das atividades prestadas à sociedade por meio do Governo do Estado do Pará. Observou-se pela necessidade da contratação de serviços descritos para atender deslocamento dos agentes públicos, dentro e fora do país, os quais representam como melhor solução custo-benefício mais adequada para atendimento eficiente e eficaz para as demandas desta Secretaria em apoio as atividades de gestão do Governo do Estado.</p> <p>4.1.2. A escolha desta solução justifica-se pela necessidade de garantir mobilidade ágil, segura e eficiente para os representantes do Poder Executivo Estadual e servidores da segurança pública em suas viagens oficiais, tanto em território nacional quanto internacional, especialmente para destinos de difícil acesso por via terrestre.</p> <p>4.1.3. Buscando atender ao ponto de vista econômico, este tipo de contratação permitirá a otimização dos recursos públicos, assegurando flexibilidade no atendimento das demandas e cumprimento dos prazos estabelecidos, conforme a complexidade e a urgência de cada missão.</p> <p>4.1.4. Para este serviço, realizar a contratação por meio de agenciamento, em vez de realizar a contratação diretamente com empresas de fretamento de aeronaves, por exemplo, oferece vantagens, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico.</p> <p>4.1.5. As vantagens do agenciamento incluem a centralização e simplificação dos processos, nos quais a gestão de diferentes serviços é consolidada sob uma única empresa CONTRATADA, o que simplifica a contratação, coordenação e acompanhamento das operações, reduzindo a complexidade administrativa para a contratante, que não precisa lidar diretamente com múltiplos fornecedores, contratos e negociações.</p> <p>4.1.6. Além disso, contratação por agenciamento irá proporcionar <u>acesso a uma</u></p>
--	--



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

	<p><u>rede ampla de fornecedores em diferentes países, facilitando a obtenção das melhores opções de transporte aéreo em termos de custo e disponibilidade, permitindo ao agente negociar condições mais favoráveis em preços, flexibilidade e serviços adicionais, o que seria mais difícil em negociações diretas.</u></p> <p>4.1.7. O agenciamento também oferece flexibilidade e agilidade, com agentes capacitados para rapidamente realizar cotações, reservas, alterações e cancelamentos, atendendo a demandas imprevisíveis ou urgentes, como mudanças de agenda ou emergências. O conhecimento especializado do mercado internacional que essas agências possuem, somado à sua experiência em lidar com questões legais, regulatórias e logísticas que variam de país para país, assegura que o serviço contratado esteja em conformidade com todas as exigências locais e internacionais.</p> <p>4.1.8. Do ponto de vista econômico, contratar por meio de agenciamento pode resultar em economia de escala, uma vez que a agência pode negociar pacotes e condições melhores do que as obtidas em contratos diretos, e a gestão centralizada de todos os serviços através de um único contrato reduz custos administrativos e operacionais.</p> <p>4.1.9. Por fim, empresas de agenciamento estão preparadas para oferecer soluções de contingência e gerenciar riscos, como cancelamentos de voos, proporcionando alternativas rápidas e eficazes, garantindo a continuidade das operações e minimizando interrupções.</p> <p>4.1.10. Dessa forma, a contratação de serviços por meio de agenciamento, em vez de negociações diretas com fornecedores individuais, não só simplifica e agiliza o processo, mas também assegura que a contratante tenha acesso às melhores opções disponíveis no mercado, com a confiança de que todas as operações serão geridas com eficiência, segurança e dentro dos parâmetros exigidos.</p>
<p>4.2. DO PREÇO</p>	<p>4.2.1. Valor Global para fins de reserva orçamentária – R\$ 25.954.971,20 (valor estimado com despesas dos itens + taxa de transação)</p> <p>4.2.2. A presente licitação será regida pelo tipo menor preço por transação (transaction fee). Esse método, objetiva selecionar a proposta mais vantajosa à</p>



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

	<p>Administração com base no menor valor a ser pago por unidade de serviço intermediado. Essa estrutura é especialmente eficaz em contratações por agenciamento, nas quais os custos principais são pagos diretamente pela Administração e a remuneração da empresa contratada se dá exclusivamente por meio da taxa de transação.</p>
	4.2.3. Não serão aceitos preços iguais a zero ou negativos.
5. NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO	
5.1. NATUREZA	<p>5.1.1. Trata-se de fornecimento de serviços comuns de natureza continuada, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos nos documentos de solicitações e de fornecimentos de agenciamentos de viagem com afretamento de aeronaves no Brasil e Exterior, por meio de especificações dos serviços detalhados usuais no mercado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.</p>
5.2. HAVERÁ GARANTIA DO SERVIÇO?	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p>5.2.1. A contratada é obrigada a dar garantia de qualidade dos serviços por ela executados ou sob sua responsabilidade, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, desde que seja constatada falha na execução dos serviços.</p> <p>5.2.2. Durante a vigência do contrato, acrescida de 90 dias após seu término, justifica-se pela necessidade de resguardar a Administração Pública contra eventuais pendências ou descumprimentos de obrigações contratuais que possam surgir após a execução formal dos serviços. Esse prazo adicional garante cobertura para eventuais responsabilidades residuais e reforçando os princípios da eficiência e da proteção ao interesse público na gestão contratual.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
6. DA DESCRIÇÃO TÉCNICA DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DO OBJETO	
<p>6.1. A prestação do serviço pela Licitante só poderá ocorrer mediante requisição de pessoa autorizada pelo Grupamento Aéreo de Segurança Pública do Estado do Pará, de acordo com as necessidades do serviço;</p>	



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

- 6.2. Os serviços a serem contratados, destinam-se a suprir as necessidades de serviço de agenciamento, abrangendo serviços de afretamento de aeronaves no Brasil e no exterior, com horas garantidas, para atender demanda da Governadoria do Estado do Pará.
- 6.3. Em relação afretamento de transporte aéreo executivo eventual nacional e internacional, deve incluir pilotos, logística de abastecimento e manutenção para atendimento das medidas logística e de segurança do Governador do Estado e do (a) Vice-Governador (a), quando em viagens nacionais e internacionais em cumprimento à agenda governamental, conforme descritivo presente neste termo de referência.
- 6.4. A empresa deverá efetuar pesquisas para os períodos e locais solicitados, atendendo às especificidades apresentadas e conforme disponibilidade, apresentando orçamentos, levando em conta os menores valores verificados no momento da pesquisa de preços, visando economicidade;
- 6.5. A aprovação do orçamento escolhido será sempre de competência de representante da SEGUP/GRAESP a ser apontado pela instituição durante a execução do contrato;
- 6.6. A prestação de serviços prevista neste TR será efetuada de forma parcelada e eventual, mediante solicitações pontuais do contratante, conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária.
- 6.7. Explicitamos, quanto à forma parcelada, que está poderá ser executada sem a necessidade de cronograma físico-financeiro, bastando haver a solicitação, por escrito, do CONTRATANTE de acordo com suas necessidades, sempre que coberta por contrato administrativo.
- 6.8. Os serviços serão prestados de acordo com os prazos e condições previstos neste instrumento e as demais condições que constarem do contrato.
- 6.9. A Contratada deverá planejar a sua rotina diária de trabalho com base nas informações e solicitações determinadas pelos Gestores e Fiscais do Contrato ou pessoal do setor requisitante, cuidando para que os serviços sejam prestados dentro de padrões de excelência, sob os aspectos da organização, eficiência e economicidade, submetendo-se estes à avaliação permanente do Gestor do Contrato, sem prejuízo do gerenciamento, supervisão e fiscalização que devem ser exercidos pela Contratada.
- 6.10. Para dar mais celeridade e facilitar o registro e acompanhamento deste recibo definitivo, diminuindo também aumento de trabalho desnecessário, sugerimos que o documento de recibo definitivo seja feito por e-mail.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

- 6.11. As condições de fornecimento devem ser executadas fielmente, de acordo com os termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência - Anexo do edital e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial do objeto contratual.
- 6.12. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante (s) do CONTRATANTE especialmente designado (s) pelo órgão contratante conforme ato de nomeação, tal fiscalização ainda seguirá os pressupostos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 6.13. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída, de no mínimo, 3 (três) membros designados pela autoridade competente do órgão, conforme ato de nomeação.
- 6.14. Deixamos registrado que o recebimento definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil (da Contratada) a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.
- 6.15. Os serviços cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação deste Termo de Referência serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 6.16. O Fornecedor será obrigado a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991; o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); e, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.
- 6.17. Na prestação do serviço do objeto do presente termo de referência deverá seguir os seguintes critérios:
- 6.17.1. O modelo das aeronaves a serem fretadas deverá ser do tipo asa fixa jato ou turboélice e asa rotativa, compatível com operações de transporte aéreo regional.
- 6.17.2. Essa exigência se justifica em razão das diferentes condições de infraestrutura das pistas de pouso e decolagem disponíveis no Estado do Pará e em diversas localidades do território nacional. Muitas dessas pistas são curtas, não pavimentadas ou possuem limitações operacionais que inviabilizam o uso de aeronaves com elevado requisito de distância para decolagem e pouso.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

- 6.17.3. Execução da prestação de serviço será iniciada a partir do momento que as aeronaves, equipamentos e recursos de apoio forem disponibilizados para o CONTRATANTE nas localidades solicitadas de acordo com a necessidade da CONTRATANTE. O traslado das aeronaves até o local estabelecido pelo CONTRATANTE deverá ser incluído nos custos de mobilização da CONTRATADA.
- 6.17.4. Depois de ser mobilizada e disponibilizada no início do contrato de prestação de serviço, todo deslocamento da aeronave deverá ser computado como hora de voo à disposição do CONTRATANTE, exceto traslado para manutenção ou substituição das aeronaves.
- 6.17.5. A CONTRATADA deverá providenciar material e adotar todos os meios possíveis para evitar contaminação do solo durante as operações de abastecimento.
- 6.17.6. A CONTRATADA deverá substituir os meios de abastecimento sempre que seja constatada deterioração que comprometa o uso seguro.
- 6.17.7. Em atendimento aos normativos internos relativos à segurança operacional do CONTRATANTE e para assegurar o cumprimento das normas e procedimentos aeronáuticos, a CONTRATADA será submetida a auditoria externa por profissional especializado indicado pelo CONTRATANTE, nas aeronaves a serem disponibilizadas para prestação do serviço, instalações, procedimentos e documentos relativos às tripulações e manutenção aeronáutica.
- 6.17.8. A CONTRATADA deverá designar, para cada uma de suas aeronaves, tripulação mínima definida no certificado de aeronavegabilidade da aeronave.
- 6.17.9. O piloto que exercerá as funções de comandante da aeronave, deverá ser devidamente habilitado segundo o que prescreve as normas e regulamentos da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil ou a agência reguladora do país da execução do serviço.
- 6.17.10. Todas as despesas com salários, encargos trabalhistas, hospedagem, deslocamentos, alimentação do pessoal disponibilizado pela CONTRATADA para a realização das atividades de apoio aéreo e manutenção serão de sua inteira responsabilidade, inclusive o recolhimento de impostos decorrentes dessa modalidade de prestação de serviços.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

- 6.17.11. A agência deverá atender a requisição de voo expedida pela CONTRATANTE, a qual deverá conter informações sobre os serviços a serem realizados, observada a necessidade da CONTRATANTE antes do início da prestação dos serviços de transporte aéreo;
- 6.17.12. Em casos excepcionais, ocorrerá o acionamento da aeronave por telefone ou whatsapp, sendo formalizado posteriormente via e-mail para o registro apropriado;
- 6.17.13. As aeronaves deverão estar em perfeitas condições de uso, tendo fabricação mínima a partir do ano 2000 e devem estar homologadas junto aos órgãos aeronáuticos para voos sob regras visuais e por instrumento (VFR- visual flight rules / IFR instrument flight rules), para atendimento as questões regulamentar, conforme a necessidade do voo;
- 6.17.14. A CONTRATADA deverá intermediar a locação das aeronaves junto a empresas de taxi aéreo, segundo o que prescreve as normas e regulamentos da ANAC- Agência Nacional de Aviação Civil ou da agência reguladora do país da execução do serviço;
- 6.17.15. A aeronave deverá ser completamente revisada, com todas as manutenções e inspeções previstas devidamente executadas, sem pendências de manutenção ou discrepâncias não corrigidas, conforme o estabelecido no programa de manutenção preventiva do fabricante e demais exigências legais.

7. DEMAIS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1. A **CONTRATADA** deverá cumprir a carga horária de atendimento obrigatório estabelecidas pela **CONTRATANTE**, ou seja, das 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, para execução das atividades inerentes à função;
- 7.2. A **CONTRATADA** deverá manter serviço de plantão para atendimento, fora dos horários de expediente normal, fornecendo à **CONTRATANTE**, os nomes e telefones dos plantonistas designados, inclusive sábados, domingos e feriados;
- 7.3. A **CONTRATADA** não poderá efetivar nenhuma programação solicitada sem a devida aprovação do gestor do contrato;
- 7.4. Após o envio da solicitação a **CONTRATADA** deverá apresentar Planilha Comparativa, com as cotações de mercado para o serviço solicitado. Estas cotações deverão conter os respectivos períodos, preços,



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

detalhamento relevante e demais informações que possam interessar ao Grupamento Aéreo de Segurança Pública do Estado do Pará;

7.5. As autorizações e confirmações para execuções/aquisições dos serviços cotados e apresentados em Planilha Comparativa serão realizadas mediante o envio, por e-mail, desta planilha, autorizada pelo gestor do contrato;

7.6. A responsabilidade pelo recebimento, acompanhamento e efetivação da execução dos serviços autorizados por meio desta planilha ficará a cargo do servidor designado pelo Gestor do contrato, para efeito de verificação da conformidade dos serviços prestados com a especificação, realizando a conferência no local, dos itens, valores e quantidades fornecidas. Sendo este, neste momento, corresponsável pela gestão e execução dos serviços contratados.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

8.1. FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, V, da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor*, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, V, da Lei Federal nº 14.133/21. <input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.
8.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço. <input type="checkbox"/> Maior desconto. <p>8.2.1. A presente licitação será regida pelo julgamento de "menor preço por Taxa de Transação" (Transaction Fee) equivale, em essência, ao critério de "menor preço", nos termos da Lei nº 14.133/2021, pois objetiva selecionar a proposta mais vantajosa à Administração com base no menor valor a ser pago por unidade de serviço intermediado. Essa estrutura é especialmente eficaz em contratações por agendamento, nas quais os custos principais são pagos diretamente pela Administração e a remuneração da empresa contratada se dá exclusivamente por meio da taxa de transação.</p>



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

	8.2.2. Dessa forma, a taxa representa o preço unitário pelo serviço de intermediação prestado, atendendo plenamente ao disposto no art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e permitindo ampla concorrência, comparabilidade objetiva das propostas e controle dos dispêndios públicos.
8.3. O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input type="checkbox"/> Sim. Justificativa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx <input checked="" type="checkbox"/> Não. 8.3.1. O valor Global Estimado: R\$ 25.954.971,20 (valor estimado de despesas máximas com os serviços contratados + taxa de transação)
8.4. CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	8.4.1. A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis compatíveis com os preços estimado no Estudo Técnico Preliminar e atenda às exigências de habilitação e qualificação técnica prevista no edital. 8.4.2. O preço final deverá incluir todas as despesas referentes aos tributos, frete e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais; 8.4.3. Devem ser observadas as normativas contidas na legislação em vigor, observando-se o quanto constar no futuro Edital do certame; 8.4.4. O valor unitário deverá conter no máximo duas casas decimais após a vírgula; 8.4.5. Não serão aceitos preços igual a zero ou negativos. 8.4.6. As propostas terão validade de 90(noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecidas no edital.
8.5. HÁ ITENS COM PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE?	<input type="checkbox"/> Sim. Indicar os itens: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx <input checked="" type="checkbox"/> Não.
9. REQUISITOS DA CONTRATADA	



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

<p>9.1. SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p>Qual? 9.1.1. Além dos documentos previstos no Edital e nas legislações que regem os procedimentos de contratação e o objeto do certame (Lei 14.133/2021, e demais normas específicas), será exigido:</p> <p>9.1.1.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando experiência de 03 anos, comprovando 30% de quantidades dos agendamentos aéreos.</p> <p>Por quê? 9.1.2. A exigência visa assegurar que a contratada possua experiência comprovada na execução integrada de eventos e agendamento, o que é imprescindível para a garantia da entrega de serviços com qualidade, padronização e dentro dos prazos estabelecidos. Trata-se de contratação com risco operacional relevante, envolvendo diversas frentes logísticas, técnicas e administrativas, sendo essencial que a empresa demonstre capacidade prévia e estrutura profissional para atender a eventos institucionais de médio e grande porte, nos moldes requeridos pelo GRAESP.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>		
<p>9.2. QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS</p>	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="526 1422 901 1653"> <p><input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.</p> </td> <td data-bbox="901 1422 1300 1653"> <p>Justificativa:</p> <p>9.2.1. Exigida pelo art. 67, §2º da Lei nº 14.133/2021. Garante que a empresa licitante tenha plena ciência das condições operacionais, técnicas e logísticas que envolvem a execução dos serviços, não podendo alegar</p> </td> </tr> </table>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.</p>	<p>Justificativa:</p> <p>9.2.1. Exigida pelo art. 67, §2º da Lei nº 14.133/2021. Garante que a empresa licitante tenha plena ciência das condições operacionais, técnicas e logísticas que envolvem a execução dos serviços, não podendo alegar</p>
<p><input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.</p>	<p>Justificativa:</p> <p>9.2.1. Exigida pelo art. 67, §2º da Lei nº 14.133/2021. Garante que a empresa licitante tenha plena ciência das condições operacionais, técnicas e logísticas que envolvem a execução dos serviços, não podendo alegar</p>		



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

	posteriormente desconhecimento de fatos que comprometam a entrega.
<input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.	Justificativa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
<input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.	Justificativa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
<input type="checkbox"/> Atestado de responsabilidade técnica relativos à qualificação técnico-profissional com comprovação de registro em conselho profissional competente, quando for o caso.	Justificativa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
<input checked="" type="checkbox"/> Atestado de capacidade, relativo à qualificação técnico operacional, comprovando a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando 30% de quantidades dos agenciamentos aéreos.	Justificativa: 9.2.2. Nos termos do art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021, assegura a capacidade técnica operacional mínima para execução do objeto, com foco na proporcionalidade da experiência em relação ao escopo contratado.
<input checked="" type="checkbox"/> Certificado de registro CADASTUR para Agencia de Viagens e para Eventos.	Justificativa: 9.2.3. Exigência prevista na legislação do setor (Lei nº 11.771/2008 e Portarias do Ministério do Turismo). Garante que a licitante se encontra legalmente habilitada para atuação no segmento turístico e de eventos.
<input checked="" type="checkbox"/> Registro na Internacional Air Transportacion Association - IATA,	Justificativa: 9.2.4. Fundamenta-se no reconhecimento técnico-operacional internacional para agenciamento aéreo,



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

	devidamente traduzido e registrado em cartório de títulos e documentos.	conforme normas da aviação civil e acordos internacionais.
	<input checked="" type="checkbox"/> Declaração de, pelo menos, 03 (três) empresas devidamente homologadas como Táxi Aéreo que a licitante mantém relação comercial para fretamento de aeronaves.	Justificativa: 9.2.5. Comprova a aptidão para contratação de serviços de transporte aéreo especial, quando necessário ao objeto
	<input checked="" type="checkbox"/> Declaração emitida pela ABAV- Associação Brasileira de Agências de Viagens da sede do licitante.	Justificativa: 9.2.6. Demonstra regularidade associativa com entidade representativa do setor e boas práticas no mercado de agenciamento.
	<input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.	Justificativa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
9.3. HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. 9.3.1. A contratação observará critérios de sustentabilidade previstos no Decreto Estadual nº 4.197/2023 e no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021. A empresa contratada deverá adotar práticas sustentáveis durante a execução dos eventos, tais como: utilização de materiais recicláveis ou biodegradáveis, destinação ambientalmente adequada de resíduos, priorização de fornecedores locais, redução de desperdício alimentar, logística de baixo impacto ambiental e preferência por soluções de baixo consumo energético. As exigências serão previstas nas ordens de serviço emitidas e poderão ser verificadas por meio de checklist de conformidade ambiental a ser elaborado pela fiscalização do contrato. <input type="checkbox"/> Não.	
9.4. HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Especificar: 9.4.1. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da	



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

	licitação, exceto quando ocorrer algum dos casos previstos no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021; <input type="checkbox"/> Não.
9.5. HÁ PREVISÃO DE VISTORIA?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
10. FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	
10.1. COMO O SERVIÇO SERÁ PRESTADO?	<input checked="" type="checkbox"/> 10.1.1. A prestação de serviços prevista neste TR será efetuada de forma parcelada ou continuada, à medida que surgirem as necessidades. 10.1.2. Os serviços serão prestados de acordo com os prazos e condições previstos nesse Termo de Referência e as demais condições que constarem do contrato. 10.1.3. A Contratada deverá planejar a sua rotina diária de trabalho com base nas informações e solicitações determinadas pelos Gestores e Fiscais do Contrato ou pessoal do setor requisitante, cuidando para que os serviços sejam prestados dentro de padrões de excelência, sob os aspectos da organização, eficiência e economicidade, submetendo-se estes à avaliação permanente do Gestor do Contrato, sem prejuízo do gerenciamento, supervisão e fiscalização que devem ser exercidos pela Contratada. 10.1.4. Para dar mais celeridade e facilitar o registro e acompanhamento deste recibo definitivo, diminuindo também aumento de trabalho desnecessário, sugerimos que o documento de recibo definitivo seja feito por e-mail. 10.1.5. As condições de fornecimento devem ser executadas fielmente, de acordo com os termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência - Anexo I do edital e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial do objeto contratual. 10.1.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do CONTRATANTE especialmente designado(s) pelo órgão contratante conforme ato de nomeação, tal fiscalização ainda seguirá os pressupostos a serem vistos neste Termo.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

	<p>10.1.7. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída, de no mínimo, 3 (três) membros designados pela autoridade competente do órgão, conforme ato de nomeação.</p> <p>10.1.8. Deixamos registrado que o recebimento definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil (da Contratada) a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.</p> <p>10.1.9. Os serviços cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação deste Termo de Referência serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.</p> <p>10.1.10. Disponibilizar serviço de plantão 24 (vinte e quatro) horas, por meio de telefone, ou outra forma de comunicação por ela indicada, possibilitando a efetiva solução para eventuais problemas decorrentes da prestação de serviços, assim como dar suporte a atendimentos emergenciais que extrapolem os dias/horários determinados.</p> <p>10.1.11. Armazenar, constantemente, informações históricas referentes aos contratos.</p> <p>10.1.12. Contato de Preposto/Contato telefônico e por e-mail, com visão/responsabilidade sobre todo o processo em tela para argumentar a agilidade e eficácia da gestão do contrato.</p> <p>10.1.13. Possuir uma sistemática para informar aos usuários de todas as opções de traslado para o trecho e o dia desejado, destacando a opção mais barata.</p> <p>10.1.14. DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO:</p> <p>10.1.14.1. O recebimento dos serviços prestados será responsabilidade do Fiscal do Contrato, a ser indicado pela CONTRATANTE.</p> <p>10.1.14.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na</p>
--	--



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

	<p>proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.</p> <p>10.1.14.3. O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.</p> <p>10.1.15. DA SUBCONTRATAÇÃO:</p> <p>10.1.15.1. Será permitida a subcontratação parcial dos serviços contratados, desde que previamente autorizada pela Administração, nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo a CONTRATADA responsável integral pela entrega dos serviços e pela supervisão, gestão e qualidade dos trabalhos executados pelas empresas subcontratadas. A subcontratação não poderá exceder o percentual de 30% (trinta por cento) do serviço contratado, e os subcontratados deverão comprovar habilitação técnica compatível com os serviços assumidos.</p> <p>10.1.15.2. Justificativa: Considerando a amplitude do objeto a subcontratação se mostra necessária para garantir a eficiência e a execução integrada, sem prejuízo à fiscalização contratual e ao controle da Administração Pública.</p>
10.2. LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	<p>10.2.1. O serviço deverá ser prestado conforme demanda da agenda nacional ou internacional, para atender os compromissos oficiais tendo o itinerário da mobilização da agenda enviado a CONTRATADA em tempo hábil conforme fuso horário local.</p>
11. DAS OBRIGAÇÕES	
<p>11.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:</p> <p>11.1.1 Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente.</p> <p>11.1.2. Prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe, ou devido a situações específicas mediante local ordem expressa por escrita.</p> <p>11.1.3. Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho.</p>	



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

- 11.1.4. Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados.
- 11.1.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.
- 11.1.6. Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.
- 11.1.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações.
- 11.1.8. Elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual.
- 11.1.9. Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação.
- 11.1.10. Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento.
- 11.1.11. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.
- 11.1.12. Atender, por meio do preposto nomeado, qualquer solicitação por parte dos gestores/fiscais do contrato, prestando as informações referentes à prestação dos serviços, bem como as correções de eventuais irregularidades na execução do objeto contratado.
- 11.1.13. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros, de
- 11.1.14. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.
- 11.1.15. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato.
- 11.1.16. Manter atualizados seu endereço, telefones e dados bancários para a efetivação de pagamentos.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

- 11.1.17. Em relação a prestação do serviço descrito no item 1.1.1 (do afretamento de aeronave do Brasil e no exterior) deve se atender os seguintes requisitos:
- 11.1.17.1. Os custos com fretamento tais como Piloto, Copiloto, Mecânico, combustível, manutenção, hangaragem, taxas aeroportuárias, despesas decorrentes dos deslocamentos, como diárias e estadias da equipe e demais despesas que possam incidir na prestação dos serviços serão de responsabilidade da contratada.
- 11.1.17.2. As aeronaves utilizadas na prestação do serviço deverão ser disponibilizadas em perfeitas condições de aeronavegabilidade, com tripulação, abastecido de combustível, com seguro obrigatório aeronáutico— RETA;
- 11.1.17.3. Ao ser disponibilizada a aeronave deverá estar de acordo com as normas de segurança previstas pela ANAC— Agência Nacional de Aviação Civil ou normas de segurança previstas pela agência reguladora do país de execução do serviço;
- 11.1.17.4. A **CONTRATADA** será inteiramente responsável por quaisquer atos praticados por seus pilotos e copilotos e pelo procedimento dos mesmos;
- 11.1.17.5. Cabe a **CONTRATANTE** solicitar à **CONTRATADA** a substituição de pilotos, sob alegação de imprudência, negligência ou imperícia técnica ou, ainda, comportamento inadequado.
- 11.1.17.6. A **CONTRATADA** deverá providenciar a substituição, em até 02 (duas) horas após o recebimento da solicitação por qualquer meio disponível;
- 11.1.17.7. Quando solicitado, a **CONTRATADA** deverá apresentar para o serviço piloto e copiloto, que esteja habilitado a comunicar-se em língua Portuguesa (Brasil) e o idioma nativo do país de destino.
- 11.1.18. Responsabilizarem-se pelos prejuízos próprios de quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus funcionários, bem como, pelos causados por estes a terceiros;
- 11.1.19. Acatar as determinações de fiscalização sobre a prestação dos serviços;
- 11.1.20. Manter um responsável pelo recebimento das solicitações de serviços;
- 11.1.21. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de eventuais indenizações cobradas por terceiros na vigência deste Contrato;
- 11.1.22. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela **CONTRATANTE**;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

<p>11.1.23. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato, conforme disposto no art. 125 da Lei Federal n.º 14.133/21;</p> <p>11.1.24. Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços destinados ao cumprimento do objeto deste contrato, ou em conexão com estes;</p> <p>11.1.25. Responsabilizar-se pelo pagamento de multas, impostos, taxas, seguros, pedágios, travessia de balsa, alimentação dos motoristas e tudo em virtude de Lei ou Regulamento ou despesas de quaisquer naturezas impostas à CONTRATADA em decorrência de descumprimento por sua parte, de qualquer Cláusula ou Condições deste Contrato;</p> <p>11.1.26. Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.</p> <p>11.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:</p> <p>11.2.1. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que sejam sanadas as ocorrências, com as devidas reparações ou correções.</p> <p>11.2.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, conforme a legislação em vigor.</p> <p>11.2.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, pela execução dos serviços prestados nos termos e prazos contratualmente previstos, após a plena verificação de todas as fases merecedoras de fiscalização e da devida aprovação (mensal) por parte do fiscal de contrato frente ao relatório mensal emitido por preposto, informando do sucesso observado nas entregas solicitadas.</p> <p>11.2.4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.</p>	
12. PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
12.1. PRAZO DO CONTRATO	12.1.1. 12(doze) meses, a iniciar na data da publicação do extrato do contrato.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

12.2. HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Não.								
12.3. FORMA DE PAGAMENTO	<table border="0"> <tr> <td data-bbox="526 649 702 728">Meio</td><td data-bbox="702 649 1289 728">12.3.1. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de ordem bancaria, crédito em conta corrente.</td></tr> <tr> <td data-bbox="526 728 702 840">Onde?</td><td data-bbox="702 728 1289 840">12.3.2. Conta corrente da contratada, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.</td></tr> <tr> <td data-bbox="526 840 702 1064">Qual o prazo?</td><td data-bbox="702 840 1289 1064">12.3.3. Os pagamentos serão realizados com prazo de pagamento de até 30 dias corridos após a emissão da declaração de recebimento da execução dos serviços pelo fiscal ou gestor do contrato, e, em consonância com o quantitativo empenhado, conforme os critérios de oportunidade e conveniência dos Órgãos Contratantes.</td></tr> <tr> <td data-bbox="526 1064 702 1312">Prova da regularidade fiscal</td><td data-bbox="702 1064 1289 1312"> 12.3.4. A regularidade fiscal pode ser provada: 12.3.4.1. por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante; ou 12.3.4.2. pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais. </td></tr> </table>	Meio	12.3.1. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de ordem bancaria, crédito em conta corrente.	Onde?	12.3.2. Conta corrente da contratada, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.	Qual o prazo?	12.3.3. Os pagamentos serão realizados com prazo de pagamento de até 30 dias corridos após a emissão da declaração de recebimento da execução dos serviços pelo fiscal ou gestor do contrato, e, em consonância com o quantitativo empenhado, conforme os critérios de oportunidade e conveniência dos Órgãos Contratantes.	Prova da regularidade fiscal	12.3.4. A regularidade fiscal pode ser provada: 12.3.4.1. por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante; ou 12.3.4.2. pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
Meio	12.3.1. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de ordem bancaria, crédito em conta corrente.								
Onde?	12.3.2. Conta corrente da contratada, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.								
Qual o prazo?	12.3.3. Os pagamentos serão realizados com prazo de pagamento de até 30 dias corridos após a emissão da declaração de recebimento da execução dos serviços pelo fiscal ou gestor do contrato, e, em consonância com o quantitativo empenhado, conforme os critérios de oportunidade e conveniência dos Órgãos Contratantes.								
Prova da regularidade fiscal	12.3.4. A regularidade fiscal pode ser provada: 12.3.4.1. por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante; ou 12.3.4.2. pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.								
12.4. QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	<table border="0"> <tr> <td data-bbox="526 1321 925 1467"> <input type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato. <input checked="" type="checkbox"/> Não há. </td><td data-bbox="925 1321 1289 1588"> Justificativa: XXXXXXXXXXXX. Justificativa: 12.4.1 Não haverá exigência de garantia da contratação, pois cada pagamento está vinculado a emissão de uma fatura/nota fiscal individual por um serviço já executado, acarretando baixo risco contratual. </td></tr> </table>	<input type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato. <input checked="" type="checkbox"/> Não há.	Justificativa: XXXXXXXXXXXX. Justificativa: 12.4.1 Não haverá exigência de garantia da contratação, pois cada pagamento está vinculado a emissão de uma fatura/nota fiscal individual por um serviço já executado, acarretando baixo risco contratual.						
<input type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato. <input checked="" type="checkbox"/> Não há.	Justificativa: XXXXXXXXXXXX. Justificativa: 12.4.1 Não haverá exigência de garantia da contratação, pois cada pagamento está vinculado a emissão de uma fatura/nota fiscal individual por um serviço já executado, acarretando baixo risco contratual.								



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional - SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP

13. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
13.1. DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO	Funcional Programática: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Elemento de Despesa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Fonte do Recurso: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Obs: Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.
<p>Belém (PA), 24 de fevereiro de 2026</p> <p>--- assinatura digital --- FERNANDO DE SOUZA ROCHA ASSESSORIA CONTRATOS GRAESP/PA</p>	



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

APÊNDICE DO ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional – SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 16/2025

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE	
QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?	Contratação de empresa de agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e no exterior e demais serviços correlatos <i>pelo julgamento de menor preço de Taxa por Transação (Transaction Fee)</i> , visando futuras e eventuais contratações de serviços de agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e no exterior.
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO	
QUAL O TIPO DE OBJETO?	<input type="checkbox"/> Bem. <input checked="" type="checkbox"/> Serviço O objeto de estudo é a viabilidade de contratação, serviço comum, de empresa de agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e no exterior e demais serviços correlatos <i>pelo julgamento de menor preço de Taxa por Transação (Transaction Fee)</i> , visando futuras e eventuais contratações de serviços de agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e no exterior e outros serviços correlatos, para atender demanda da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará em atendimento as demandas governamentais.
QUAL A NATUREZA?	<input checked="" type="checkbox"/> Continuada. <input type="checkbox"/> Com monopólio. <input checked="" type="checkbox"/> Sem monopólio. <input type="checkbox"/> Não continuada.
QUAL A VIGÊNCIA?	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input type="checkbox"/> 180 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> Indeterminado. <input type="checkbox"/> dias. <input type="checkbox"/> Outro: <input type="checkbox"/> meses. <input type="checkbox"/> anos.
PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional – SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública

☐ Não se aplica porque o prazo é indeterminado.

HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.				
PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Item</th> <th>Descrição detalhada</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td> <p>O Padrão de qualidade no serviço abrangido por este Estudo Técnico Preliminar, pode ser mensurado através dos aspectos tangíveis e intangíveis dos serviços para o gerenciamento de fretamento de transporte aéreo, nacional e internacional, para uso executivo eventual o qual permitirá a redução do tempo, aumento da flexibilidade e garantia de cumprimento de prazos, especialmente para destinos distantes ou de difícil acesso por via terrestre, dessa forma pode-se citar como elementos importantes a serem considerados como padrão de qualidade:</p> <p>1– A empresa agenciadora deverá ser reputada, demonstrar flexibilidade na prestação de serviços e ter notória capacidade gerencial, buscando otimizar a eficiência no mercado de serviços de forma a oferecer soluções adequadas à finalidade específica de cada viagem.</p> <p>2– A empresa deverá possuir experiência em serviços de agenciamento de fretamento de transporte aéreo, nacional e internacional e atividades correlatas, sob demanda, compreendendo os serviços.</p> <p>3– A agenciadora deverá possuir comprometimento com a resolução rápida de quaisquer problemas ou reclamações, demonstrando responsabilidade e eficiência e ter capacidade de oferecer soluções personalizadas que atendam às necessidades da contratante.</p> </td> </tr> </tbody> </table>	Item	Descrição detalhada	1	<p>O Padrão de qualidade no serviço abrangido por este Estudo Técnico Preliminar, pode ser mensurado através dos aspectos tangíveis e intangíveis dos serviços para o gerenciamento de fretamento de transporte aéreo, nacional e internacional, para uso executivo eventual o qual permitirá a redução do tempo, aumento da flexibilidade e garantia de cumprimento de prazos, especialmente para destinos distantes ou de difícil acesso por via terrestre, dessa forma pode-se citar como elementos importantes a serem considerados como padrão de qualidade:</p> <p>1– A empresa agenciadora deverá ser reputada, demonstrar flexibilidade na prestação de serviços e ter notória capacidade gerencial, buscando otimizar a eficiência no mercado de serviços de forma a oferecer soluções adequadas à finalidade específica de cada viagem.</p> <p>2– A empresa deverá possuir experiência em serviços de agenciamento de fretamento de transporte aéreo, nacional e internacional e atividades correlatas, sob demanda, compreendendo os serviços.</p> <p>3– A agenciadora deverá possuir comprometimento com a resolução rápida de quaisquer problemas ou reclamações, demonstrando responsabilidade e eficiência e ter capacidade de oferecer soluções personalizadas que atendam às necessidades da contratante.</p>
Item	Descrição detalhada				
1	<p>O Padrão de qualidade no serviço abrangido por este Estudo Técnico Preliminar, pode ser mensurado através dos aspectos tangíveis e intangíveis dos serviços para o gerenciamento de fretamento de transporte aéreo, nacional e internacional, para uso executivo eventual o qual permitirá a redução do tempo, aumento da flexibilidade e garantia de cumprimento de prazos, especialmente para destinos distantes ou de difícil acesso por via terrestre, dessa forma pode-se citar como elementos importantes a serem considerados como padrão de qualidade:</p> <p>1– A empresa agenciadora deverá ser reputada, demonstrar flexibilidade na prestação de serviços e ter notória capacidade gerencial, buscando otimizar a eficiência no mercado de serviços de forma a oferecer soluções adequadas à finalidade específica de cada viagem.</p> <p>2– A empresa deverá possuir experiência em serviços de agenciamento de fretamento de transporte aéreo, nacional e internacional e atividades correlatas, sob demanda, compreendendo os serviços.</p> <p>3– A agenciadora deverá possuir comprometimento com a resolução rápida de quaisquer problemas ou reclamações, demonstrando responsabilidade e eficiência e ter capacidade de oferecer soluções personalizadas que atendam às necessidades da contratante.</p>				
HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim				



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional – SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública

	<input type="checkbox"/> Não.
HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
LEVANTAMENTO DE MERCADO	
ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?	<input checked="" type="checkbox"/> Consulta a fornecedores. <input checked="" type="checkbox"/> Contratações similares. <input type="checkbox"/> Internet. <input type="checkbox"/> Audiência pública. <input type="checkbox"/> Outro. Especificar: (xxxx).
JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO	<p>A contratação em tela justifica-se em razão da necessidade de continuidade das atividades desenvolvidas por este órgão, exclusivamente no desempenho de suas atribuições funcionais, o qual demanda viagens para outras localidades dentro do território brasileiro e, algumas ocasiões, fora deste, visando cumprir o relevante papel das atividades prestadas à sociedade por meio do Governo do Estado do Pará.</p> <p>Observou-se pela necessidade da contratação de serviços correlatos complementares aos serviços de deslocamento dos agentes públicos, dentro e fora do país, aos quais representam como melhor solução custo-benefício mais adequada para atendimento eficiente e eficaz para as demandas desta Secretaria em apoio as atividades de gestão do governo do estado.</p> <p>A escolha desta solução justifica-se pela necessidade de garantir uma mobilidade ágil, segura e eficiente para os representantes do Poder Executivo Estadual em suas viagens oficiais, tanto em território nacional quanto internacional, especialmente para destinos de difícil acesso por via terrestre. Buscando atender ao ponto de vista econômico, este tipo de contratação permitirá a otimização dos recursos públicos, assegurando flexibilidade no atendimento das demandas e cumprimento dos prazos estabelecidos, conforme a complexidade e a urgência de cada missão.</p> <p>Para este serviço, realizar a contratação por meio de agenciamento, em vez de realizar a contratação diretamente com empresas de fretamento de aeronaves, oferece vantagens, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico.</p> <p>As vantagens do agenciamento incluem a centralização e simplificação dos processos, onde a gestão de diferentes serviços é consolidada sob uma única empresa CONTRATADA, o que simplifica a contratação, coordenação e acompanhamento das operações, reduzindo a complexidade administrativa para a contratante, que não precisa lidar diretamente com múltiplos fornecedores, contratos e negociações.</p>



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional – SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública

	<p>Além disso, contratação por agenciamento irá proporcionar acesso a uma rede ampla de fornecedores em diferentes países, facilitando a obtenção das melhores opções de transporte aéreo em termos de custo e disponibilidade, permitindo ao agente negociar condições mais favoráveis em preços, flexibilidade e serviços adicionais, o que seria mais difícil em negociações diretas.</p> <p>O agenciamento também oferece flexibilidade e agilidade, com agentes capacitados para rapidamente realizar cotações, reservas, alterações e cancelamentos, atendendo a demandas imprevisíveis ou urgentes, como mudanças de agenda ou emergências. O conhecimento especializado do mercado internacional que essas agências possuem, somado à sua experiência em lidar com questões legais, regulatórias e logísticas que variam de país para país, assegura que o serviço contratado esteja em conformidade com todas as exigências locais e internacionais. Do ponto de vista econômico, contratar por meio de agenciamento pode resultar em economia de escala, uma vez que a agência pode negociar pacotes e condições melhores do que as obtidas em contratos diretos, e a gestão centralizada de todos os serviços através de um único contrato reduz custos administrativos e operacionais. Por fim, empresas de agenciamento estão preparadas para oferecer soluções de contingência e gerenciar riscos, como cancelamentos de voos, proporcionando alternativas rápidas e eficazes, garantindo a continuidade das operações e minimizando interrupções.</p> <p>Dessa forma, a contratação de serviços por meio de agenciamento, em vez de negociações diretas com fornecedores individuais, não só simplifica e agiliza o processo, mas também assegura que a contratante tenha acesso às melhores opções disponíveis no mercado, com a confiança de que todas as operações serão geridas com eficiência, segurança e dentro dos parâmetros exigidos.</p>
HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
O QUE SERÁ CONTRATADO?	<p>Empresa de agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e no exterior <i>pelo julgamento de menor preço de Taxa por Transação (Transaction Fee)</i>, visando futuras e eventuais contratações de serviços de agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e no exterior, para atender demanda do Governo do estado do Pará.</p>
	<input checked="" type="checkbox"/> Não há. <input type="checkbox"/> 90 dias.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional – SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública

QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?	<input type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> Outro: xx					
HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	<input type="checkbox"/> Sim. Justificativa: (xxx). <input checked="" type="checkbox"/> Não.					
HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim. Descrever solução: (xxx). <input checked="" type="checkbox"/> Não.					
ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO						
COMO SE OBTVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?	<input type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores. <input checked="" type="checkbox"/> Análise de contratações similares. <input checked="" type="checkbox"/> Outro. Especificar: Estatísticas de horas voadas e demais serviços prestados anteriormente.					
DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?	Considerando as necessidades decorrentes da agenda das autoridades, nas atividades relacionadas à gestão das políticas públicas estaduais, é imprescindível que o Governo do Estado do Pará esteja preparado para participar ativamente em todas as fases preparatórias para sediar este evento. Visto que para cumprimento das agendas, nos últimos meses, (especificar a quantidade de viagem-destino distancia).					
ESPECIFICAÇÃO	Item	Descrição	Und	Qtd estimada		
	1	Agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e no exterior e demais serviços correlatos.	Taxa de Transação	800		
ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO						
MEIOS USADOS NA PESQUISA	<input type="checkbox"/> Painel de preços. <input type="checkbox"/> Contratações similares. <input type="checkbox"/> Simas. <input checked="" type="checkbox"/> Fornecedores. <input type="checkbox"/> Internet. <input type="checkbox"/> Outro. Especificar: (xxx).					
ESTIMATIVA DE PREÇO	Item	Descrição	Unidade	Quant. Estimado	Valor por Serviço	Valor Total



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Secretaria Adjunta de Gestão Operacional – SAGO
Grupamento Aéreo de Segurança Pública

	1	Agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e no exterior e demais serviços correlatos.	Taxa de Transação	800	R\$ 0,01	R\$ 8,00
JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO						
A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?		<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não. Por quê? <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Objeto indivisível. <input checked="" type="checkbox"/> Tecnicamente inviável. <input type="checkbox"/> Aproveitamento da competitividade. </div> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Perda de escala. <input checked="" type="checkbox"/> Economicamente inviável. <input type="checkbox"/> Outro. Especificar: (xxxxx). </div> </div>				
CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES						
HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?		<input type="checkbox"/> Sim. Especificar: xxxxxx <input checked="" type="checkbox"/> Não.				
ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO						
HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?		<input type="checkbox"/> Sim. Especificar item do PCA: xxxxx <input checked="" type="checkbox"/> Não. Providências: A presente contratação trata-se de contratação custeio recorrente e de extrema necessidade, conforme justificativa para contratação. Assim, sugere a inclusão no próximo plano de contratações anual, à cargo do setor responsável na SEGUP/PA.				
RESULTADOS PRETENDIDOS						
QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?		<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Administrativo <input checked="" type="checkbox"/> Redução dos Riscos do Trabalho <input checked="" type="checkbox"/> Serviço/Bem de Consumo <input type="checkbox"/> Outro. Especificar: (xxx). </div> <div> <input type="checkbox"/> Redução de Custos <input type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> Ganho de Eficiência <input type="checkbox"/> Realização de Política Pública </div> </div>				
PROVIDÊNCIAS PENDENTES						
HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O		<input type="checkbox"/> Sim. Especificar: (xxxx). <input checked="" type="checkbox"/> Não.				



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

 Governo do Estado do Pará Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social Secretaria Adjunta de Gestão Operacional – SAGO Grupamento Aéreo de Segurança Pública	
SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Não. Não serão necessárias atividades de adequação do ambiente que sejam necessários ser pormenorizados nesse Estudo Técnico Preliminar.
IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	
HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?	<div><input type="checkbox"/> Sim. Especificar os impactos: (xxxxx). Especificar as medidas de mitigação dos impactos: (xxxx).</div> <div><input checked="" type="checkbox"/> Não. Não haverá impactos ambientais decorrentes da contratação, de responsabilidade da contratante, que sejam necessários ser pormenorizados nesse Estudo Técnico Preliminar. Pois, caso seja necessários medidas caberá a contratada.</div>
CONCLUSÃO	
A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?	<div><input checked="" type="checkbox"/> Sim. Trata-se de serviço comum e disponível em um mercado próprio e estável, composto por um número razoável de fornecedores, cujos serviços são comparáveis entre si.</div> <div><input type="checkbox"/> Não.</div>

Belém (PA), 24 de fevereiro de 2026

--- ASSINATURA DIGITAL ---
WALISON MAGNO DAMASCENO
Assessoria/GRAESP



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO II

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 000/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90003/2026- SEGUP/PA.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP/PA, com sede na Travessa do Chaco, nº. 2271 - Bairro: Marco - CEP: 66093-542, na cidade de Belém, Estado do Pará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01, neste ato representado pelo Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. xxxxx, designado pelo Decreto Estadual do dia xxxx, publicado no xxxx, de xxxx, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90003/2026, publicada no DOE nº xxxxxxxx de xx/xx/2026, processo administrativo n.º 2025/3626907, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Estadual nº 3.371, de 29 de setembro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para Contratação de empresa de agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e no exterior e demais serviços correlatos, para atender demanda da Secretaria de Segurança Pública do Estado, de acordo com as condições especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão SRP nº 90003/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

_____(...nome da empresa...)_____, com sede em _____(...município...)____ na _____(...endereço completo...)____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____._____/____-____, fone: (00) 0000-0000, e-mail: xxxxxxxxx, representada neste ato por _____(...nome completo...)____, _____(...qualificação: nacionalidade, estado civil, profissão...)____, portador da Carteira de identidade _____(...nº, órgão emissor, UF...)____ e CPF nº _____._____.____-____;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Item	Descrição	Quantidade	Taxa de Transação (R\$)
01	Agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e Exterior e serviços correlatos.	1.900	xxx

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP/PA.

3.2 Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes deste registro de preços:

Item	Descrição	SEGUP	FESP	FISP	PCPA	PMPA	PCEPA	CBM	SEAP	TOTAL
01	Agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e Exterior e serviços correlatos.	800	150	100	50	400	50	200	150	1.900

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços (ARP) para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, quintuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços (ARP) para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL A SER REGISTRADO	LIMITE DE ADESÃO POR CADA ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE	LIMITE TOTAL DE ADESÕES (Quintuplo)
1	Agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e Exterior e serviços correlatos.	1.900	950	9.500

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, conforme art. 19 do Decreto Estadual nº 3.371 de 2023.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do Estado do Pará, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado a vantajosidade do preço, conforme art. 18 do Decreto Estadual nº 3.371 de 2023 e mediante a anuência do fornecedor.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9 desta ata de registro de preço.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado, conforme previsto no Art. 24 do Decreto estadual nº 3.371 de 2023.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do preço registrado na Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do disposto no art. 25 do Decreto estadual 3.371 de 2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa à Administração Pública Estadual.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- 8.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023.
- 8.5.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 24, Inc. III do Decreto Estadual nº 3.371 de 2023.
 - 9.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do disposto no art. 22 do Decreto Estadual nº 3.371 de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, bem como o registro das penalidades junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), conforme art. 6º, X, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 7º, VI, do Decreto Estadual nº 3.371, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes

Belém - PA, ____ de _____ de 2026.

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Diretor ou Representante legal da Empresa
Razão Social do licitante - CNPJ



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

MINUTA DA ATA DE CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

_____(...nome da empresa...)_____, com sede em _____(...município...)____ na _____(...endereço completo...)____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____.____.____/____-____, fone: (00) 0000-0000, e-mail: xxxxxxxxx, representada neste ato por _____(...nome completo...)____, _____(...qualificação: nacionalidade, estado civil, profissão...)____, portador da Carteira de identidade _____(...nº, órgão emissor, UF...)____ e CPF nº _____.____.____-____;
--

Item	Descrição	Quantidade	Taxa de Transação
01	Agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e Exterior e serviços correlatos.	1.900	xxx



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Prezados Senhores,

Declaramos ter total conhecimento do edital e anexos do Pregão Eletrônico SRP n°. 90003/2026 – SEGUP/PA, estando de pleno acordo com as condições estabelecidas no mesmo, com o qual concordamos integralmente.

Apresentamos nossa Proposta de Preços o objeto desta licitação é o Registro de preço para Contratação de empresa de agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e no exterior e demais serviços correlatos, para atender demanda da Secretaria de Segurança Pública do Estado, de acordo com as condições especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital, conforme relacionado abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Taxa de Transação (R\$)
01	Agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e Exterior e serviços correlatos.	1.900	xxx

Preço Total: R\$

Garantia, conforme estabelecido no Termo de Referência - Anexo I do Edital

No campo descrição da tabela acima deverá constar: Especificação e descrição detalhada do objeto a ser adquirido.

- I. Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado;
- II. O fornecimento do objeto ocorrerá de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP n° 90003/2026-SEGUP/PA;

Oferecemos garantia de qualidade e substituição do objeto, conforme especificações técnicas do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP n°. 90003/2026-SEGUP/PA;

Estão Inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, insumos, serviços e encargos sociais;

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS
CNPJ / CPF:

Razão social / nome:

Endereço com./res:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Município:

UF:

Inscrição municipal:

Inscrição estadual:

Conta corrente nº Cód. Do Banco:

Sigla:

Nome/Número da agência:

Contatos:

E-mail:

Nome do representante que assinará o contrato:

Cargo que ocupa:

Estado civil:

Identidade nº:

Cpf nº:

Nacionalidade:

Profissão:

Endereço residencial:

Contatos:

E-mail:

Local e Data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA
Identificação e qualificação do subscritor



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

xxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, n.º xx, bairro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxx-xxx, em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, infra-assinado, portador da Cédula de Identidade RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e do CPF xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, DECLARA expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA
Identificação e qualificação do subscritor



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA
EMENDA CONSTITUCIONAL ESTADUAL N.º 42/2008

(Nome da empresa) _____, CNPJ nº _____,
_____, sediada (endereço completo)
_____, declara, sob as penas da Lei, que:

() Possui no quadro de empregados um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência;

() Possui em seu quadro menos de 20 (vinte) funcionários.

Cidade - UF, _____ de _____ de 2026.

(nome e número da identidade do declarante)

Obs.: Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO VI MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026-SEGUP/PA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL/SEGUP, E A EMPRESA XXXXXXXXXX, DA FORMA COMO ABAIXO MELHOR SE INFERE.

O ESTADO DO PARÁ, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL/SEGUP, com sede nesta cidade, Tv. do Chaco, nº 2271, Marco, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.054.952/0001-01, neste ato representada pelo Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, Sr. RENAN HENRIQUE NABOR DE OLIVEIRA, brasileiro, inscrito sob a matrícula funcional nº 5977679/3, nomeado por Decreto Estadual publicado na pagina 5, do DOE nº 36.494, de 12 de Janeiro de 2026, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXX, E-mail: XXXXXXXXXXXXXXX, Telefone: (XX) XXXX-XXXX, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro (a), cargo XXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo Eletrônico n.º 2025/3626907** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9003/2026-SEGUP/PA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a contratação de empresa de agenciamento de afretamento de aeronaves no Brasil e no exterior e demais serviços correlatos, para atender demanda da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SEGUP/PA), de acordo com as condições especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital do Pregão Eletrônico;

1.2.3. A Proposta da Contratada;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. Este contrato decorre do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 90003/2026-SEGUP/PA**, referente ao **Processo Eletrônico n.º 2025/3626907**, possuindo fundamentação nas disposições contidas na seguinte legislação: Lei Federal n.º 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); subsidiariamente a Lei n.º 8.078/90 (Dispõe sobre a proteção do consumidor); Lei n.º 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e a Portaria n.º 008/2025 - GAB.SEC/SEGUP/PA, de 30 de Janeiro de 2025 (DOE N.º 36.123, de 04 de Fevereiro de 2025), e a Portaria n.º 074/2026 - GAB.SEC./SEGUP, de 12 de janeiro de 2026 (DOE n.º 36.496, de 14 de janeiro de 2026), aos quais CONTRATANTE e CONTRATADA estão sujeitas;

2.2. De acordo com a **Portaria n.º 071/2026 - GAB.SEC/SEGUP, de 12 de janeiro de 2026 (DOE n.º 36.496, de 14 de janeiro de 2026)**, o Secretário Adjunto de Gestão Administrativa têm competência para assinar este Contrato e seus documentos decorrentes em nome desta Secretaria, como Ordenador de Despesas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O presente Contrato terá seu prazo de vigência de **12(doze) meses**, a iniciar na data da publicação do extrato do contrato, na forma disposta no art. 105 da Lei n.º 14.133/21;

3.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme dispõe o art. 107 da Lei n.º 14.133/21;

3.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DESCRIÇÃO



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

4.1. O valor global do presente contrato é de **R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXX)**, no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA.

4.2. Descrição do objeto conforme especificações abaixo;

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	TAXA DE TRANSAÇÃO
01	AGENCIAMENTO DE AFRETAMENTO DE AERONAVES NO BRASIL E EXTERIOR E SERVIÇOS CORRELATOS, conforme quantidade, condições e especificações contidas no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Edital e seus demais anexos.	1.900	XXXX
VALOR GLOBAL R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)			

4.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO

5.1. A prestação de serviços prevista neste instrumento contratual será efetuada de forma parcelada ou eventual, conforme demanda da agenda e disponibilidade orçamentária, para atender os compromissos oficiais sendo o itinerário da mobilização da agenda enviado a CONTRATADA em tempo hábil conforme fuso horário local;

5.2. Os serviços deverão ser executados em estrita observância aos prazos, condições e especificações estabelecidos no presente instrumento, no Termo de Referência, no edital e na legislação vigente, respondendo a CONTRATADA pelas consequências da inexecução total ou parcial do objeto contratual;

5.3. A Contratada deverá planejar a sua rotina diária de trabalho com base nas informações e solicitações determinadas pelos Gestores e Fiscais do Contrato ou pessoal do setor requisitante, cuidando para que os serviços sejam prestados dentro de padrões de excelência, sob os aspectos da organização, eficiência e economicidade, submetendo-se estes à avaliação permanente do Gestor do Contrato, sem prejuízo do gerenciamento, supervisão e fiscalização que devem ser exercidos pela Contratada;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- 5.4.** A CONTRATADA deverá encaminhar o recibo definitivo por meio eletrônico, preferencialmente via e-mail, de modo a assegurar maior celeridade, facilitar o registro e o acompanhamento do recebimento;
- 5.5.** O recebimento definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil (da Contratada) a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato;
- 5.6.** Os serviços que apresentarem padrões de qualidade ou desempenho em desacordo com as especificações estabelecidas neste instrumento contratual, no Termo de Referência ou na proposta da CONTRATADA poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, pelo Fiscal do Contrato ou responsável pela execução e fiscalização;
- 5.6.1.** A rejeição será formalmente registrada, com a descrição das ocorrências verificadas, devendo o fiscal determinar as providências necessárias à regularização das falhas, defeitos ou desconformidades identificadas;
- 5.6.2.** Na hipótese de rejeição, a CONTRATADA ficará obrigada a corrigir, refazer ou substituir os serviços rejeitados, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 5.7.** Disponibilizar serviço de plantão 24 (vinte e quatro) horas, por meio de telefone, ou outra forma de comunicação por ela indicada, possibilitando a efetiva solução para eventuais problemas decorrentes da prestação de serviços, assim como dar suporte a atendimentos emergenciais que extrapolem os dias/horários determinados;
- 5.8.** Deverá existir uma sistemática para informar aos usuários de todas as opções de traslado para o trecho e o dia desejado, destacando a opção mais barata;
- 5.9.** Em relação a fretamento de transporte aéreo executivo eventual nacional e internacional, deve incluir pilotos, logística de abastecimento e manutenção para atendimento das medidas logística e de segurança do Governador do Estado e do (a) Vice-Governador (a), quando em viagens nacionais e internacionais em cumprimento à agenda governamental, conforme descritivo presente no Termo de Referência - Anexo I do Edital;
- 5.10.** A Contratada deverá efetuar pesquisas para os períodos e locais solicitados, atendendo às especificidades apresentadas e conforme disponibilidade, apresentando orçamentos, levando em conta os menores valores verificados no momento da pesquisa de preços, visando economicidade;
- 5.10.1.** A aprovação do orçamento escolhido será sempre de competência de representante da Contratante a ser apontado pela instituição durante a execução do contrato;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

5.10.2. Após o envio da solicitação a CONTRATADA deverá apresentar Planilha Comparativa, com as cotações de mercado para o serviço solicitado. Estas cotações deverão conter os respectivos períodos, preços, detalhamento relevante e demais informações que possam interessar a Contratante;

5.10.3. As autorizações e confirmações para execuções/aquisições dos serviços cotados e apresentados em Planilha Comparativa serão realizadas mediante o envio, por e-mail, desta planilha, autorizada pelo gestor do contrato;

5.10.4. A responsabilidade pelo recebimento, acompanhamento e efetivação da execução dos serviços autorizados por meio desta planilha ficará a cargo do servidor designado pelo Gestor do contrato, para efeito de verificação da conformidade dos serviços prestados com a especificação, realizando a conferência no local, dos itens, valores e quantidades fornecidas. Sendo este, neste momento, corresponsável pela gestão e execução dos serviços contratados.

5.11. A CONTRATADA deverá cumprir a carga horária de atendimento obrigatório estabelecidas pela CONTRATANTE, ou seja, das 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, para execução das atividades inerentes à função;

5.12. A prestação do serviço do objeto do presente instrumento contratual deverá observar os critérios previstos no item 6.17, do Termo de Referência - Anexo I do Edital;

5.13. O recebimento dos serviços prestados será responsabilidade do Fiscal do Contrato, a ser indicado pela CONTRATANTE;

5.14. O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

5.15. A Contratada deverá adotar práticas sustentáveis durante a execução dos eventos, tais como: utilização de materiais recicláveis ou biodegradáveis, destinação ambientalmente adequada de resíduos, priorização de fornecedores locais, redução de desperdício alimentar, logística de baixo impacto ambiental e preferência por soluções de baixo consumo energético;

5.15.1. As exigências serão previstas nas ordens de serviço emitidas e poderão ser verificadas por meio de check-in de conformidade ambiental a ser elaborado pela fiscalização do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DO SERVIÇO

6.1. Durante a vigência do contrato, acrescida de 90 (noventa) dias após seu término, a Contratada é obrigada a dar garantia de qualidade dos serviços por ela executados ou sob sua responsabilidade,



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, desde que seja constatada falha na execução dos serviços;

6.2. O prazo adicional determinado no item anterior garante cobertura para eventuais responsabilidades residuais e reforçando os princípios da eficiência e da proteção ao interesse público na gestão contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Será permitida a subcontratação parcial dos serviços contratados, desde que previamente autorizada pela Administração, nos termos do art. 112, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo a CONTRATADA responsável integral pela entrega dos serviços e pela supervisão, gestão e qualidade dos trabalhos executados pelas empresas subcontratadas;

8.1.1. A subcontratação não poderá exceder o percentual de 30% (trinta por cento) do serviço contratado, e os subcontratados deverão comprovar habilitação técnica compatível com os serviços assumidos, conforme condições e especificações do Edital e seus anexos.

8.2. A fusão, cisão ou incorporação só será admitida, com o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE, desde que não afete a boa execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos serão realizados com prazo de pagamento de até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da declaração de recebimento da execução dos serviços pelo fiscal ou gestor do contrato, e, em consonância com o quantitativo empenhado, conforme os critérios de oportunidade e conveniência da Contratante;

9.2. O pagamento acima referenciado será creditado em favor do fornecedor, através de ordem bancária, em conta corrente aberta, preferencialmente, no **Banco do Estado do Pará - BANPARÁ**, deixando bem claro pela CONTRATADA os números da respectiva agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

9.3. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos, se exigidos pela CONTRATANTE:

a) Certidão Negativa de Débito do INSS, devidamente atualizada;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- b)** Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- c)** Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal), Estadual e Municipal.

9.4. A não apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS, bem como do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis;

9.5. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

9.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

9.7. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa e o contraditório;

9.8. Concomitante à notificação à CONTRATADA, para que realize a regularização, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS, no caso da CND, à Caixa Econômica Federal, no caso do CRF, e à Receita Federal, no caso de CND relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

9.9. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante;

9.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação;

9.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31, da Lei 8.212, de 1993, quando couber.

9.12. Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

incorrecção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado os prazos dispostos neste Contrato;

9.13. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação;

9.14. Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito;

9.15. A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente. O CNPJ, que deverá constar nas Notas Fiscais, deverá ser o mesmo CNPJ que a Contratada utilizou neste Contrato;

9.16. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero;

9.17. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas;

9.18. A qualquer tempo o órgão Contratante poderá solicitar a apresentação do CRF relativo ao FGTS, bem como, todos os demais documentos constantes da fase de habilitação;

9.19. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a(s) empresa(s) vencedora(s) não tenha(m) concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo órgão solicitante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

9.20. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

existente na Contratante, em favor do fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses e serão realizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice oficial pertinente a natureza do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

11.1. Será admitido o requerimento de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, cabendo a CONTRATANTE decidir a respeito no prazo de um mês, passível de prorrogação motivada por igual período, consoante teor do art. 123, p. único, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. Sem que a isto limite seus direitos, terá a Contratante, as seguintes obrigações:

12.1.1. Permitir acesso de funcionários da CONTRATADA, devidamente credenciados, no local do prestação de serviço e a dados e informações necessários ao desempenho das atividades previstas;

12.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço e que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

12.1.3. Acionar a CONTRATADA para realização dos serviços;

12.1.4. Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços constantes no objeto do Contrato;

12.1.5. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução do objeto contratual, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.6. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA;

12.1.7. Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado.

12.1.8. Promover o recebimento do objeto contratual, rejeitando o que estiver em desacordo com o exigido no Termo de Referência - Anexo I do Edital;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

12.1.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, pela execução dos serviços prestados nos termos e prazos contratualmente previstos, após a plena verificação de todas as fases merecedoras de fiscalização e da devida aprovação (mensal) por parte do fiscal de contrato frente ao relatório mensal emitido por preposto, informando do sucesso observado nas entregas solicitadas;

12.1.10. Comunicar a Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do presente instrumento contratual;

12.1.11. Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou ainda que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

12.1.12. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato e demais instrumentos que expressamente se vinculam;

12.1.13. Comunicar a Contratada para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme dispõe;

12.1.14. Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

12.1.15. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

12.1.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e demais instrumentos que expressamente se vinculam, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.1.1. Executar os serviços em observância ao conteúdo de sua Proposta, atendendo a todas as exigências contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital, e Legislação específica;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

- 13.1.2.** Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes do orçamento, devidamente aprovado pela Comissão de Fiscalização;
- 13.1.3.** Prestar o serviço no endereço indicado, ou em outro local devido a situações específicas mediante ordem expressa por escrita;
- 13.1.4.** Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- 13.1.5.** Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados no presente contrato e demais instrumentos que expressamente se vinculam;
- 13.1.6.** Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- 13.1.7.** Responder pelos serviços que executar, na forma do contrato e da legislação aplicável;
- 13.1.8.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- 13.1.9.** Elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- 13.1.10.** Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas inicialmente;
- 13.1.11.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- 13.1.12.** Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.
- 13.1.13.** Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

13.1.14. Atender, por meio do preposto nomeado, qualquer solicitação por parte dos gestores/fiscais do contrato, prestando as informações referentes à prestação dos serviços, bem como as correções de eventuais irregularidades na execução do objeto contratado;

13.1.15. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros;

13.1.16. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

13.1.17. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato;

13.1.18. Manter atualizados seu endereço, telefones e dados bancários para a efetivação de pagamentos.

13.1.19. Em relação a prestação do serviço (afretamento de aeronave do Brasil e no exterior) deve se atender os seguintes requisitos:

13.1.19.1. Os custos com fretamento tais como Piloto, Copiloto, Mecânico, combustível, manutenção, hangaragem, taxas aeroportuárias, despesas decorrentes dos deslocamentos, como diárias e estadias da equipe e demais despesas que possam incidir na prestação dos serviços serão de responsabilidade da contratada;

13.1.19.2. As aeronaves utilizadas na prestação do serviço deverão ser disponibilizadas em perfeitas condições de aeronavegabilidade, com tripulação, abastecido de combustível, com seguro obrigatório aeronáutico – RETA;

13.1.19.3. Ao ser disponibilizada a aeronave deverá estar de acordo com as normas de segurança previstas pela ANAC– Agência Nacional de Aviação Civil ou normas de segurança previstas pela agência reguladora do país de execução do serviço;

13.1.19.4. A CONTRATADA será inteiramente responsável por quaisquer atos praticados por seus pilotos e copilotos e pelo procedimento dos mesmos;

13.1.19.5. Cabe a CONTRATANTE solicitar à CONTRATADA a substituição de pilotos, sob alegação de imprudência, negligência ou imperícia técnica ou, ainda, comportamento inadequado.

13.1.19.6. A CONTRATADA deverá providenciar a substituição, em até 02 (duas) horas após o recebimento da solicitação por qualquer meio disponível;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

13.1.19.7. Quando solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar para o serviço piloto e copiloto, que esteja habilitado a comunicar-se em língua Portuguesa (Brasil) e o idioma nativo do país de destino;

13.1.20. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do Contratante;

13.1.21. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/21) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.1.22. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

13.1.22.1. A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a Contratada designar outro para o exercício da atividade;

13.1.23. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, de acordo com o a Lei n.º 14.133/2021;

13.1.24. Responsabilizar-se pelo pagamento de multas, impostos, taxas, seguros, pedágios, travessia de balsa, alimentação dos motoristas e tudo em virtude de Lei ou Regulamento ou despesas de quaisquer naturezas impostas à CONTRATADA em decorrência de descumprimento por sua parte, de qualquer Cláusula ou Condições deste Contrato;

13.1.25. Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.

13.1.26. Fornecer à CONTRATANTE endereço de correio eletrônico, número de telefone móvel e fixo, bem como o(s) nome(s) de pessoa(s) autorizada(s) para contatos e em condições de se manter comunicação em qualquer hora;

13.1.27. Responder por danos e pelo desaparecimento de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou prepostos à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 14.133/21;

13.1.28. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

13.1.29. Arcar civil e criminalmente por todo e qualquer dano ou prejuízo que cause à administração, por ação ou omissão, em decorrência da execução ou da inexecução dos serviços, objeto deste instrumento contratual, não cabendo à administração, em hipótese alguma, responsabilidade por danos ou prejuízos diretos e indiretos ou lucros cessantes decorrentes deste;

13.1.30. Cumprir com as obrigações de pagamento dos salários aos seus funcionários e demais encargos decorrentes da prestação do serviço;

13.1.31. Aceitar que a Contratante se reserva ao direito de proceder em negociação com a Contratada para redução dos valores dos serviços, bem como abatimentos nos preços cotados, sempre quando de interesse da Administração, observadas as leis vigentes;

13.1.32. É responsabilidade da CONTRATADA oferecer e garantir o uso de itens, equipamentos, procedimentos e materiais para segurança do trabalho dos seus funcionários quando em serviço, bem como assegurar que todos os funcionários possuam capacitação quanto à segurança do trabalho adequada às suas tarefas;

13.1.33. Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações;

13.1.34. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21;

13.1.35. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

13.1.35.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

13.1.35.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

13.1.35.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

13.1.35.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

13.1.35.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

13.1.36. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

13.1.37. Promover a guarda, manutenção e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

13.1.38. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

13.1.39. Submeter previamente, por escrito, a Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência ou instrumento congênere;

13.1.40. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.1.41. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, consoante o disposto no art. 116, da Lei nº 14.133/21;

13.1.42. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme disposto no art. 116, p. único. da Lei nº 14.133/21;

13.1.43. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, da Lei nº 14.133/21;

13.1.44. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- d) **Multa:**
 - d.a.) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - d.b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - d.c.) O atraso injustificado da prestação dos serviços, conforme prazo estipulado no Edital e seus anexos, autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe no art. 137, I, da Lei Federal n.º 14.133/21;

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CONTRATANTE;

15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

15.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

15.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará;

15.7. A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal n.º 14.133/21;

15.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente;

15.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, em prazo estipulado pela Administração Pública, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

15.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Lei n.º 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

15.13. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

15.14. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

15.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

15.16. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

16.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

16.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

16.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.3.3. Indenizações e multas.

16.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133/21).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Contrato constam do orçamento aprovado da CONTRATANTE, como a seguir especificado:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Fonte XXXXXXXXXXXX

Natureza XXXXXXXX

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

18.1. A minuta deste Contrato foi aprovada pela Consultoria Jurídica da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP/FESPDS conforme **Parecer Jurídico N.º XXX/2026-CONJUR**, consoante com o art. 53, da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

19.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto contratual e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados;

19.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do objeto e do contrato;

19.3. A verificação da adequação da execução do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência - Anexo I do Edital;

19.4. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na legislação;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

19.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

19.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela(s) contratada(s) ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento contratual e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual;

19.7. A Contratante reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, o objeto executado não estiver de acordo com a descrição apresentada e aceita;

19.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) contratada(s), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme versa a legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

21.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21;

21.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

21.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

22.1. O presente Contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de sua assinatura, de conformidade com o que dispõe o Art. 28, § 5º, da Constituição Estadual.

22.2. Incumbirá a Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lido e achado conforme, vai assinado em 02 (duas) vias, pelos representantes e testemunhas a seguir.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24.1. É competente o Foro da Justiça Estadual, Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belém/PA, XX de XXXXX de 2026.

RENAN HENRIQUE NABOR DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF: _____

2. _____
CPF: _____



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2025/3626907

Anexo/Sequencial: 97

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2012.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Renan Henrique Nabor de Oliveira,

CPF: ***.398.372-**

Em: 28/05/2026 16:38:22

Aut. Assinatura: cd0a29dcee6c11c1140dcf3a616af7c2df62790a44eb9a682db5c4cd7f0b3661



Identificador de autenticação: 7e4e764b-10fb-4805-9613-d740cc28cc61

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>